

PORTUGAL VISTO PELA CIA

Ou como a espionagem americana vigiou
o Estado Novo, Salazar, o Império e a Revolução

LUÍS NAVES

PORTUGAL VISTO PELA CIA
Ou como a espionagem americana vigiou
o Estado Novo, Salazar, o Império e a Revolução

Recolha de documentos por
ERIC FRATTINI



BERTRAND EDITORA

Lisboa 2017

ÍNDICE

1. RADIOGRAFIA NACIONAL	9
2. UM LUGAR NA NOVA ORDEM	23
3. A GUERRA FRIA	35
4. ALTA INSTABILIDADE	47
5. TEMPESTADE PERFEITA	59
6. A RESISTÊNCIA DE SALAZAR	71
7. A GUERRA COLONIAL	85
8. A SUCESSÃO	99
9. QUEM CONTROLA PORTUGAL?	111
10. UMA CONFUSÃO DOS DIABOS	123
11. CAMINHOS DA GUERRA CIVIL	139
12. O DENUNCIANTE	151
13. NORMALIDADE À PORTUGUESA	163
14. CRÓNICAS DO ATRASO	177
15. PORTUGAL REINVENTADO	187
EPÍLOGO	197
LISTA DE DOCUMENTOS INÉDITOS	201
ARQUIVO DE DOCUMENTOS	207
BIBLIOGRAFIA	241
ÍNDICE REMISSIVO	243

RADIOGRAFIA NACIONAL

A informação inédita aqui reunida sobre a atividade da CIA ao longo de quatro décadas em Portugal inclui maioritariamente análises estratégicas e avaliações políticas que, para um leitor contemporâneo, mostram como evoluiu o olhar americano sobre o nosso país. A documentação, obtida por Eric Frattini nos arquivos da CIA, abrange quase meio século de atividades secretas, permitindo perceber como Washington interpretou momentos cruciais da nossa história recente, nomeadamente as crises do Estado Novo, a Guerra Colonial, o colapso do império português em África ou a revolução de 1974 e 1975.

Na segunda metade do século xx, os EUA viveram na obsessão do combate contra o comunismo e a URSS da luta antifascista. Portugal ficou do lado americano, mas o regime ditatorial de Salazar parecia ser um aliado de pouca confiança que, no grande esquema da Guerra Fria, conseguia até ser embaraçoso e fácil de criticar pelo outro lado. O trunfo português era a posição estratégica da Base das Lajes, nos Açores, fundamental para socorrer os europeus, em caso de ataque das forças soviéticas. Parecia muito valioso, mas o regime só podia usar uma vez a ameaça de não permitir a presença americana. No início da década de sessenta, espões e diplomatas esforçaram-se por convencer os portugueses a resolverem o seu problema africano. Os relatórios da CIA da época eram pessimistas em relação à longevidade do Estado Novo, mas as análises da CIA durante o Verão Quente foram as piores possíveis: em Washington, a revolução portuguesa foi interpretada com incompreensão e alarme, esperava-se uma catástrofe.

Na história desta complexa relação entre um velho império e a nova superpotência houve surpreendentes episódios de má avaliação. A CIA considerou com desdém o que interpretava como deficiências portuguesas: o carácter dócil da população ou a teimosia das elites desligadas do mundo real. E, mesmo com erros que podem hoje parecer curiosos, o facto é que, durante várias décadas, os espões americanos foram construindo um mosaico que permite ver um país conservador, com dificuldade em mudar; ou um país por vezes caótico, demasiado suscetível a delírios poéticos. Esta é uma radiografia portuguesa que nenhuma outra organização no mundo podia ter feito.

Portugal tornou-se importante para a América durante a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1942. Foi então criada em território nacional uma rede de espionagem que chegou a ter trezentos membros, entre agentes e informadores, com as operações centralizadas em Madrid. A Espanha era a base para o lançamento de missões secretas em território francês ocupado pelos nazis e a espionagem americana encarou o sonolento regime de Salazar como alvo sem relevância para o verdadeiro esforço de guerra. A recolha de informações na Península Ibérica visava sobretudo obter dados de fotografia aérea para elaborar mapas precisos, vigiar redes inimigas e acautelar os recursos económicos, nomeadamente dificultando as exportações de volfrâmio para a Alemanha¹.

No período pós-guerra, os relatórios da CIA sobre Portugal mostraram de forma mais evidente a fragilidade da relação entre os dois aliados: Washington teve relutância em apoiar a sobrevivência do império português; Lisboa exibiu sempre forte desconfiança em relação ao liberalismo americano, que encarava como uma nova forma de imperialismo ou, pior, de ingenuidade. Os documentos desclassificados da CIA permitem perceber uma história de mal-entendidos de ambos os lados. Em 1974, por exemplo, os EUA foram incapazes de entender a evolução do processo revolucionário português, que, por ironia, tinha as suas raízes numa Guerra Colonial mantida teimosamente por Salazar e contra a qual os americanos lançaram duros avisos.

¹ O volfrâmio era utilizado em ligas metálicas com uso militar e era exportado ao abrigo do estatuto de neutralidade. Pressionado pelos ingleses e americanos, o governo português interrompeu em junho de 1944 as exportações para a Alemanha.

Também houve observações certeiras. Os documentos inéditos da espionagem americana sobre Portugal abrangem questões de economia, análise política, telegramas escritos a quente, relatórios extensos onde o país surgia como ator secundário, especulações e notícias, exposição de factos, considerações sobre a evolução previsível do regime e das possessões ultramarinas, o retrato do Estado Novo e as razões do atraso português. O que se extrai destes textos é também aquilo que os americanos pensaram sobre Portugal e os portugueses, nem sempre com palavras amáveis. Esta obra inclui testemunhos retirados de arquivos diplomáticos, livros e jornais, que fornecem informações adicionais sobre os problemas políticos das diferentes épocas. A sequência é cronológica e começa pelo que a agência percursora da CIA, o Gabinete de Serviços Estratégicos¹, escreveu sobre a neutralidade portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial.

Capital dos espões

Quando os EUA entraram na Segunda Guerra Mundial, os responsáveis da espionagem americana terão considerado que Portugal era sobretudo uma questão inglesa. Londres mantinha uma relação de cinco séculos com esta melancólica nação ibérica que, sob a proteção do Império Britânico, lá ia administrando preguiçosamente os seus próprios assuntos coloniais. Ao rebentar a guerra na Europa, Portugal procurara garantir a neutralidade, o que permitiu uma rota de fuga para numerosos refugiados, sobretudo aqueles que escapavam dos países ocupados pelos nazis. Muitos fugitivos estavam de passagem, mas outros não tinham dinheiro para seguir viagem e a capital portuguesa tornou-se num porto de abrigo mais ou menos permanente. Lisboa tinha intensa vida noturna e não faltava quem estivesse disposto a ganhar dinheiro trocando segredos de guerra, reais ou imaginários. Foi assim que surgiram tantos espões: alguns apenas gananciosos, que tentavam

¹ Office of Strategic Services, OSS.

enganar os diversos lados; havia também os ocasionais idealistas, dispostos a agir por convicção; os que não tinham nada para fazer; os que precisavam de ganhar dinheiro urgentemente; os que mostravam jeito para o negócio.

Algumas das principais ações de desinformação da Segunda Guerra Mundial foram executadas na capital portuguesa. Por ali passaram alguns dos espões mais famosos do conflito. Há numerosas lendas sobre este período, que tem servido de inspiração para romances e filmes. Foram criadas redes de espionagem por italianos, soviéticos e franceses, mas sobretudo por ingleses e alemães. Os nazis mantinham uma vasta legião de simpatizantes e os britânicos criaram uma organização formidável, que lhes permitiu montar operações de contraespionagem e até de subversão. Alguns episódios foram talvez embelezados com o passar do tempo, mas nos anos iniciais do conflito a neutralidade portuguesa permitiu boas oportunidades de compra e venda de informações. Lisboa fervilhava de atividade, havia agentes duplos e até triplos, era preciso ter cautela com os excessos de imaginação e até com as próprias autoridades, que também andavam metidas nos esquemas, incluindo altos quadros da polícia política.

As proezas conhecidas deixaram uma imagem romântica do trabalho de espionagem da época. Há muitos exemplos: a história de um corajoso catalão, Juan Pujol, que trabalhou para os ingleses como agente duplo, com o nome de código de Garbo (por ser o melhor ator do mundo), convencendo os alemães das coisas mais mirabolantes sobre o que se passava em Inglaterra, onde aliás nunca pusera os pés; ou o sérvio Dusko Popov, amante irresistível e suposto agente da espionagem alemã que, na realidade, trabalhava para os ingleses. Popov terá servido de inspiração para a famosa personagem James Bond, inventada mais tarde pelo seu controlador em Lisboa, o britânico Ian Fleming, futuro autor de romances de espionagem.

Para se perceber a importância de Lisboa na época, basta recordar a cena final do filme *Casablanca*: alcançar a capital portuguesa era uma questão de vida ou de morte. Por Lisboa passaram exilados famosos, como Béla Bartók, Erich Maria Remarque, Stefan Zweig, Marc Chagall ou Arthur Koestler, ou mesmo Antoine de Saint-Exupéry, de onde seguiam para os Estados Unidos, Argentina ou Brasil, muitos deles viajando em navios portugueses (*Mouzinho*, *Nyassa*, *Serpa Pinto*) que faziam

a perigosa travessia do Atlântico. Fugir do nazismo era perigoso, mas ficar em Lisboa podia ser ainda mais incerto. Muitos refugiados dedicaram-se à espionagem, um jogo de sombras que decorria muitas vezes em plena vista da multidão, nos casinos, cafés, hotéis e festas onde poisava esta elite de náufragos europeus. As operações secretas bem-sucedidas foram sobretudo britânicas e envolveram personagens de romance, como o já referido Fleming ou o romancista Graham Greene (também espião britânico baseado na Península), que planeou situar em Lisboa o cenário da sua obra-prima, *O Nosso Homem em Havana*. O escritor acabaria por basear o livro na Cuba pré-revolucionária, mais na moda em 1958, o ano da sua publicação.

Em relação aos norte-americanos na capital portuguesa, a figura mais importante foi porventura o diplomata George Kennan, que encontraremos no capítulo 3 deste volume. Terá sido sua a tese de que Washington devia apostar na neutralidade portuguesa, que considerava fundamental para a neutralidade da Espanha. Esta ideia de ligar o que acontecia num país ao outro iria manter-se nas décadas seguintes como elemento fundamental das políticas americanas para a Península Ibérica. Em relação à atividade do OSS, encontram-se farrapos de informação: sabe-se que foram utilizados operacionais sem treino, em ações marcadas pelo amadorismo. Para o regime de Salazar, este foi um tempo perigoso, mas a imagem de Portugal transmitida nos telegramas dos agentes americanos poucas vezes seria tão favorável.

Irritação diplomática

Na guerra oculta, os europeus tinham anos de avanço e de experiência. Os espiões americanos instalaram-se tardiamente nos países neutros e só depois da hesitação dos seus políticos em relação à necessidade de criar um organismo que centralizasse as operações secretas e a recolha de informações. As elites americanas consideravam estas atividades desleais e até nocivas. Mesmo em 1943, quando a guerra já tinha adquirido uma extensão mundial, Portugal continuava a ser considerado uma coudada inglesa. Talvez a América ainda não tivesse noção do seu poder.

Entre os documentos relevantes para este período, há dois relatórios do OSS, de 1943, que permitem compreender a complexa história da rivalidade entre os diferentes serviços americanos e a forma como isso afetou a espionagem¹. No centro da intriga estava Francis di Lucia, o homem do OSS em Lisboa, que anteriormente chefiara os serviços do gabinete em Madrid, de onde foi afastado por insistência dos diplomatas. O documento de Ryan relatava um estranho mal-entendido que se tornou muito prejudicial a Di Lucia, descrito como incompetente e indisciplinado pelos diplomatas. Este relatório era também revelador do carácter ainda incipiente das operações americanas na época. Pareciam estar em confronto a visão antiquada da diplomacia e as cautelas de uma organização emergente no sistema político de Washington. Nesse tempo, pelo menos do ponto de vista norte-americano, Portugal era um alvo secundário, para onde se enviavam agentes que tinham arranjado problemas: era esse o caso de Francis di Lucia, despachado para Lisboa pelo embaixador americano em Madrid, que não suportava o OSS e detestava pessoalmente o espião. Segundo a historiadora Irene Pimentel, Di Lucia afirmava «falsamente» que tinha um ficheiro com dados de milhares de indivíduos. «A sua principal fonte em Portugal era uma pessoa obscura com identidade falsa, que o OSS apuraria passar mensagens para a Abwehr [serviços militares alemães de espionagem] e que colaborava com os serviços checos em Portugal.»²

O trabalho de Di Lucia foi analisado por outro espião do OSS, Frank Ryan, que enviou ao seu chefe, William Donovan, um longo relatório com queixas sobre o embaixador americano em Madrid, Carlton Hayes, e a descrição objetiva do conflito entre americanos: «Ele [Hayes] não compreende a natureza e os deveres de uma organização de informações», escreveu Ryan, referindo-se ao embaixador, nesse relatório de 25 de setembro de 1943, enviado ao diretor do OSS e que hoje está guardado nos arquivos da CIA.

¹ Memorando para o coronel Peck, assinado por Edward Buxton, de 25 de julho de 1943; e memorando de Frank Ryan para o general Donovan, de 25 de setembro de 1943; estes dois documentos do OSS discutem uma troca de correspondência que envolvia diplomatas, militares e espiões, todos a lutar pelos respetivos territórios e a procurar influenciar as decisões estratégicas. A tradução do inglês é da nossa responsabilidade.

² Irene Pimentel, *Espiões em Portugal Durante a II Guerra Mundial*, Esfera dos Livros, 2013.

Segundo Ryan, o embaixador pensava que o OSS em Espanha era parte da embaixada, não compreendia «que o OSS apenas usa a embaixada como cobertura e que as operações, o pessoal e os deveres dos seus representantes são totalmente diferentes do trabalho diplomático. Apenas compreendendo o princípio que se aplica ao trabalho de informação, ele [embaixador Carlton Hayes] poderia entender que a espionagem implica a regular violação das leis do país». Em outras passagens deste longo relatório, Ryan explicava detalhes do trabalho de espionagem e sublinhava a importância estratégica das operações que o OSS organizava na Península. Entre outras deficiências manifestas, o embaixador americano em Madrid não aceitara a compra de pesetas no mercado negro para fazer pagamentos sem rasto, não compreendia a necessidade de se recolher informação para elaboração de mapas precisos (no seu entender, acumulavam-se fotografias aéreas sem qualquer utilidade) e o mesmo diplomata discordava do uso de agentes bascos para conduzir as infiltrações em França. Para Hayes, os bascos eram de pouca confiança, por serem antifranquistas, mas de que outra forma se poderia atravessar clandestinamente a fronteira, perguntava o espião.

A leitura dos relatórios do OSS sugere que Hayes não queria apoiar nenhuma entidade ou pessoa minimamente hostil ao regime de Francisco Franco, mas os espiões discordavam — Ryan era mesmo claro na sua oposição a esta política, ao responder diretamente a um ataque anterior de Hayes, segundo o qual as ações clandestinas estavam a comprometer «a política da embaixada» no que dizia respeito à posição da Espanha no conflito: «O OSS não tem política própria», escreveu Frank Ryan no mesmo relatório enviado a Donovan em setembro de 1943. «O [nosso] objetivo é adquirir informação útil e colocá-la nas mãos das agências do governo dos Estados Unidos que a possam utilizar de maneira eficaz no esforço de guerra. O embaixador está preocupado em preservar a neutralidade da Espanha. O OSS está preocupado em obter informação válida para o esforço de guerra, independentemente da neutralidade espanhola.»

As queixas de Frank Ryan neste memorando surgiam já depois do seu afastamento de Espanha. Nos meses anteriores, decorrera em Washington uma discussão sobre estratégia, entre diplomatas e espiões, ambos a tentarem convencer os chefes do Estado-maior da sua

importância. Os diplomatas venceram, mas o conflito constituía o cerne de outro memorando, redigido a 25 de julho de 1943 e assinado pelo diretor interino do OSS, Edward Buxton, enviado ao coronel Peck, do Estado-maior (o nome completo do militar não é conhecido). O objetivo era refutar as queixas do embaixador Hayes sobre a incompetência dos espões na embaixada americana em Madrid, que segundo o diplomata só obtinham «rumores e boatos», «enormes quantidades de coisas» e «notícias irrelevantes». Os protestos do embaixador eram descritos apenas de forma indireta na documentação, mas devia ser uma valente sova nos espões.

Encontro com o doutor Salazar

Pelo que se pode ler destas queixas e tentativas de autojustificação, Francis di Lucia era um dos principais motivos da guerra entre espões e diplomatas americanos. O embaixador Hayes considerava o antigo membro da Departamento do Tesouro uma pessoa «que não enganava ninguém, que não percebia nada de assuntos financeiros», ainda por cima «mentalmente instável», com «temperamento violento», que «distribuía dinheiro como um “marinheiro bêbado”»¹. Com esta reputação, Di Lucia foi recambiado para Lisboa ainda em 1942 e serviu em fevereiro do ano seguinte como arma de arremesso contra o seu substituto em Madrid, Frank Ryan, que por sua vez também acabou por ser derrotado.

Como sugeria o memorando enviado a Donovan, duas semanas depois de chegar à capital espanhola, em fevereiro de 1943, o agente Ryan ouvira uma dura crítica a Di Lucia feita pelo número dois da embaixada americana em Espanha. Ryan tentou defender o colega e contou ao diplomata um episódio sobre as qualidades do seu homem em Lisboa: certo compatriota com importância (o nome nunca era mencionado, o que implica que Donovan talvez soubesse de quem se tratava) chegara à capital portuguesa e pedira ao embaixador dos Estados Unidos, Bert Fish, que lhe arranjasse um encontro com o doutor Salazar; o diplomata disse que isso não era possível, que tinha uma política

¹ *Espiões em Portugal Durante a II Guerra Mundial*, Irene Pimentel, *ob. cit.*

muito estrita de não tentar sequer tais diligências, pois vinham a Lisboa muitos americanos de destaque e não se podia estar constantemente a fazer pedidos de tal calibre. O indivíduo importante não se rendeu e, conhecendo Francis di Lucia numa festa, pensando que este era diplomata, perguntou-lhe se era possível arranjar um encontro com Salazar; o espião respondeu logo que sim, disse-lhe que comparecesse às dez horas da noite na residência do chefe do Governo português, e assim aconteceu, houve o tal encontro com o doutor Salazar e Di Lucia até serviu de intérprete. O episódio deverá ter ocorrido no início de fevereiro de 1943, demonstrando como este espião de má reputação se movia bem nos círculos do poder em Portugal. Nas agendas de Salazar não consta qualquer referência a este episódio; mas o ditador recebera o encarregado de negócios da embaixada, George Kennan, a 1 de janeiro de 1943.

A dado ponto da narrativa de Ryan, o diplomata de Madrid interrompia a descrição e perguntava ao espião se ele concordava com a insubordinação do homem do OSS em Lisboa; sem poder considerar uma resposta positiva, Ryan admitiu que não tinha sido tudo bem feito, declaração que o diplomata usou para ampliar a intriga. Semanas depois desta conversa, durante uma visita a Lisboa, o chefe do OSS na Península Ibérica foi confrontado com a irritação do embaixador americano na capital portuguesa, que já sabia da história que ele contara em Madrid; Ryan ficou estupefacto: o embaixador afirmou que lhe tinham dito em Madrid que os homens do OSS se gabavam de ter um «ás em Lisboa», que até conseguia entrevistas com o doutor Salazar e praticamente mandava no ditador, ou seja, insinuando que ele, embaixador americano em Portugal, era irrelevante e dispensável.

Esta era a história que se podia extrair do longo memorando. Francis di Lucia foi afastado, Frank Ryan também; os diplomatas tinham ganhado a batalha, embora sem comprometerem as operações de espionagem em Portugal: a rede de informadores foi crescendo. Nas histórias do OSS, as rivalidades com o Departamento de Estado (e com o FBI) surgiam num cenário mais geral de esforço de guerra concentrado no Norte de África, Sul de França, Itália e, finalmente, Alemanha. No final do conflito, o Gabinete de Serviços Estratégicos tinha 25 mil funcionários e os seus 1500 agentes na Europa foram desmobilizados

(muitos veteranos viriam depois a integrar a futura Central Intelligence Agency, criada em 1947). Quando se deu o desembarque na Normandia, o OSS tinha quarenta e quatro agentes a operar na Península Ibérica, dos quais dependiam centenas de operacionais não americanos; a operação portuguesa representava menos de um terço deste esforço peninsular, tinha apenas sete agentes, que controlavam uma rede de trezentas pessoas, entre informadores e subagentes¹.

Os papéis do adido naval japonês

O Gabinete de Serviços Estratégicos (OSS) fizera muitos inimigos, e alguns dos mais perigosos estavam em Washington. Veja-se esta piada, que se dizia circular nos meios de negócios em Portugal: «Quando virmos nas ruas todo o povo português muito contente, isso significa que é dia de pagamento dos informadores do OSS.» A anedota constava de um relatório demolidor da autoria do coronel Richard Park sobre a atividade da agência precursora da CIA. Neste documento de 1945, que teve enorme importância política, surgia preto no branco a recomendação de encerrar a primeira agência civil de espionagem norte-americana e afastar das tarefas de espionagem o general William Donovan, que concebera o OSS.

A História viria a consagrar Donovan como o primeiro grande mestre da espionagem, mas a sua reputação foi desfeita naquelas cinquenta e seis páginas. O documento não tem data, o título é um simples «Memorando para o Presidente» e apenas se conhece aquilo que o próprio Park, adido militar da Casa Branca, afirmou sobre a génese da sua investigação: o presidente Franklin Roosevelt tinha dúvidas em relação às atividades do OSS e encarregara o coronel de elaborar um relatório detalhado. O documento foi concluído em março de 1945 (desconhece-se o dia), semanas antes da morte de Roosevelt, e terá sido uma das primeiras dores de cabeça do novo presidente Harry Truman, em cujo arquivo se encontra hoje depositado o original.

¹ Estes números podem ser encontrados em *Passagem para Lisboa*, de Ronald Weber.

Truman mandou encerrar o OSS em setembro de 1945 e o memorando de Park terá tido um papel determinante na decisão. O documento enumerava uma longa lista de erros, tolices, disparates e pequenas catástrofes, algumas das quais dignas de um bom filme cómico, como por exemplo a dos cinco sabotadores carregados de explosivos que, por engano, foram desembarcados na Suécia, país neutro, em vez de serem deixados em território da Alemanha. Em relação à piada portuguesa, pretendia-se ilustrar a generosidade da organização de espionagem, que pagava por qualquer informação, por muito duvidosa que esta fosse. O documento repetia a ideia da falta de qualidade dessa informação, os tais «rumores e boatos», mas acima de tudo havia descontrolo de custos, fundos gastos indevidamente, contas difíceis de explicar. Outra revelação do relatório: «Diplomatas de países neutros disseram que a Gestapo [polícia secreta nazi] se vangloriou de conhecer todos os membros, redes e atividades do OSS em Portugal, bem como de todos os pagamentos e transações.» Em resumo, havia alta insegurança, a que não seria alheio o amadorismo das iniciativas, como por exemplo a de janeiro de 1943: alguém do OSS pediu ao cônsul português em Boston que enviasse fotografias, planos e mapas dos portos e da costa nacional; essas imagens, precisava o agente, deviam ser enviadas para o Departamento da Marinha americana. Segundo Park, esta ação em particular provocou considerável agitação diplomática e veementes protestos portugueses.

Apesar das críticas, o memorando elogiava o trabalho dos analistas e a coragem dos operacionais do OSS, mas a mensagem do coronel Park era relativamente simples: «A continuação do serviço será um perigo para os cidadãos, os interesses económicos e o interesse nacional dos Estados Unidos.» O gabinete era visto como um exemplo de má organização, treino deficiente, amadorismo, seleção inapta dos seus membros e desperdício de verbas, resultando em atividades mal concebidas, muitas vezes redundantes ou ineficazes, ou até na interferência com outras agências (leia-se inteligência militar). O relatório do coronel apontava o dedo à hierarquia da organização, que se preocupava em recrutar nas classes sociais mais altas do país; a acusação de elitismo deve ter soado particularmente mal aos ouvidos de Truman.

Havia neste documento uma evidente intenção política: o OSS acabou por ser desmantelado, com as partes sobreviventes divididas

entre o Departamento de Estado e Pentágono. Os militares controlaram a nova organização de coordenação e a futura CIA começou a sua longa existência por intermédio da destruição da reputação da antecessora, o que não deixa de ser irónico, pois a própria CIA nunca se livrou da desconfiança dos políticos e jamais se desembaraçou dos escândalos e das acusações de incompetência, que a perseguem ainda hoje.

Na longa lista de desgraças enumerada pelo coronel Park era contada, de forma relativamente brutal, uma história que ainda hoje é bastante enigmática e onde um dos protagonistas terá sido Francis di Lucia, o principal agente do OSS em Lisboa, que, não sendo referido diretamente pelo coronel, teria sido culpado de um dos maiores fiascos da espionagem americana, aliás com a participação do próprio general Donovan (sempre na versão politicamente enviesada, e a única disponível, do assessor militar do presidente).

Esta história quase burlesca conta-se em poucas linhas: a marinha americana conhecia os códigos das comunicações navais japonesas e a batalha de Midway podia ter sido diferente sem esse conhecimento, mas o segredo foi guardado pelos militares e não chegou ao conhecimento da agência de espionagem chefiada por Donovan, muito menos a agentes no terreno. Ignorando a existência desta extraordinária vantagem, o OSS conseguiu introduzir dois agentes na embaixada japonesa em Lisboa e um deles, em meados de 1943, recuperou papéis amarrados do caixote de lixo do adido naval japonês, que era também o responsável pelas informações da embaixada, portanto conhecedor dos livros de códigos diplomáticos e militares. Entre os papéis recuperados constava uma lista com letras e números que sugeria um código secreto e o material foi enviado para Washington, para análise. Neste ponto, não era claro se o gabinete manteve a informação fora do conhecimento dos militares (parece improvável, mas é isso que sugere a leitura do memorando do coronel Park).

Na sua versão, o roubo dos papéis na embaixada japonesa em Lisboa foi uma operação de «amadores», que «terá utilizado agentes duplos» (seriam membros dos serviços italianos), mais interessados em informar sobre as atividades americanas em Lisboa. O relatório de Park afirmava que os japoneses foram avisados em julho de 1943 sobre quebras de segurança da sua embaixada em Lisboa, cujas falhas

incluíam o eventual «acesso a livros de código». Este aviso, dizia o coronel, «foi escrito num relatório da altura, por outra agência de informação». O texto de Park adiantava a seguir: «Os japoneses ficaram alarmados e houve o perigo de mudarem os códigos que nós tínhamos decifrado. Quatro dias depois [de serem avisados], os japoneses mudaram de facto o seu código [naval] e isso resultou num bloqueio completo de informação militar vital por dez semanas. Não sabemos quantas vidas americanas custou esta estupidez.»

Contada dois anos depois dos factos, em contexto politizado, a operação do caixote do lixo do adido naval japonês em Lisboa parecia de facto um fiasco de grandes proporções. Embora a espionagem americana tenha obtido um documento sem valor, os agentes duplos ou os seus patrões em Roma contaram tudo aos aliados japoneses. Enfim, os americanos podiam ter perdido o acesso definitivo a códigos navais que já tinham quebrado, mas os estragos prolongaram-se apenas por dez semanas, pois a transição para os novos códigos japoneses foi executada de forma incompetente, sendo relativamente fácil decifrá-los de novo.